

Sabrina Bonfim de Arruda Pinto

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

**Argumentos Econômicos e Sociais no Âmbito
do Direito Fundamental à Previdência Social**

Curitiba
Juruá Editora
2019

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
 e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9039-3

JURUÁ
 EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
 Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
 Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

1157246

Pinto, Sabrina Bonfim de Arruda.

P659 Direito previdenciário: argumentos econômicos
 e sociais no âmbito do direito fundamental à pre-
 vidência social./ Sabrina Bonfim de Arruda Pinto./
 Curitiba: Juruá, 2019.
 296p.

1. Direito previdenciário. 2. Previdência social.
 I. Título.

CDD 344.032 (22.ed)
 CDU 349.3

00040

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Capítulo 1 – PREVIDÊNCIA SOCIAL COMO DIREITO FUNDAMENTAL	21
1.1 EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PROTEÇÃO SOCIAL	22
1.1.1 Proteção Social na Antiguidade	23
1.1.2 Proteção Social na Idade Média	24
1.1.3 Proteção Social no Estado Moderno – Fases Absolutista, Liberal e Social	26
1.1.3.1 Estado absolutista	26
1.1.3.2 Estado liberal	27
1.1.3.3 Estado social	32
1.2 DIREITOS FUNDAMENTAIS	35
1.2.1 Terminologia dos Direitos Fundamentais	37
1.2.2 Conceito Formal e Material dos Direitos Fundamentais	40
1.2.3 Direitos Fundamentais como Direitos de Defesa e Direitos a Prestações	45
1.2.4 Dimensão Objetiva e Subjetiva dos Direitos Fundamentais Sociais	51
1.2.4.1 Dimensão objetiva dos direitos fundamentais sociais	51
1.2.4.2 Dimensão subjetiva dos direitos fundamentais sociais	54
1.3 FUNDAMENTALIDADE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	59
1.3.1 Fundamentalidade Formal da Previdência Social	60
1.3.2 Fundamentalidade Material da Previdência Social	62

Capítulo 2 – PERSPECTIVA ECONÔMICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS.....	67
2.1 ECONOMIA POLÍTICA.....	68
2.2 ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO – AED	73
2.2.1 Origem e Conceito da Análise Econômica do Direito.....	73
2.2.2 Correntes da Análise Econômica do Direito.....	76
2.2.2.1 Neoclássica.....	76
2.2.2.2 Neoinstitucional.....	80
2.2.2.3 Escola da eleição pública.....	82
2.2.3 Crítica à Análise Econômica do Direito	83
2.2.3.1 A irrealidade fática das correntes tradicionais da AED.....	83
2.2.3.2 O mito do homem racional e da maximização da eficiência no direito previdenciário.....	87
2.3 ORÇAMENTO PÚBLICO E REGIME PREVIDENCIÁRIO.....	95
2.3.1 Funções Clássicas do Orçamento Público	96
2.3.2 Concepção Moderna do Orçamento Público	98
2.3.3 Concepção Sistêmica do Orçamento Brasileiro.....	102
2.3.4 Disfunções do Sistema Orçamentário.....	105
2.3.4.1 Execução e retificações orçamentárias	106
2.3.4.2 Créditos suplementares e especiais.....	107
2.3.4.3 Créditos extraordinários	109
2.3.4.4 Bloqueios e contingenciamentos	111
2.3.4.5 Superávit primário.....	113
2.3.4.6 Hipertrofia do poder executivo e déficit democrático.....	118
2.3.4.7 Criminalidade tributária.....	119
2.4 ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	121
Capítulo 3 – VISÃO CONSTITUCIONAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E OS LIMITES À RESERVA DO FINANCIAMENTE POSSÍVEL	125
3.1 A EVOLUÇÃO DA COMPREENSÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	126

3.2	DIREITO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	135
3.3	PREVIDÊNCIA SOCIAL COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	139
3.4	LIMITES À RESERVA DO FINANCEIRAMENTE POSSÍVEL ..	145
3.4.1	Contexto Político-Econômico do Surgimento da Reserva do Possível.....	145
3.4.2	Reserva do Possível como Elemento Intrínseco dos Direitos Fundamentais	147
3.4.3	Reserva do Possível como Restrição aos Direitos Fundamentais	152
3.4.4	Conceito de Reserva do Possível.....	153
3.4.5	Limites à Aplicação da Reserva do Financiamento Possível na Efetivação do Direito Fundamental à Previdência Social.....	158

Capítulo 4 – ECONOMIA GLOBAL X FUNDAMENTALIDADE DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: UMA PROPOSTA DE POLÍTICA PREVIDENCIÁRIA EM CONFORMIDADE COM O ATUAL MODELO ECONÔMICO 163

4.1	O MODELO ATUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A EXCLUSÃO SOCIAL.....	164
4.1.1	Contradições do Capitalismo Global: Concentração/Fragmentação e Exclusão/Inclusão.....	167
4.1.2	Definição de Exclusão Social.....	169
4.1.3	Impacto da Economia Global na Organização dos Trabalhadores e na Cadeia Produtiva	171
4.2	PROPOSTAS PREVIDENCIÁRIAS PARA A NOVA CONJUNTURA ECONÔMICA	177
4.2.1	Abordagem Humanista e Ética do Sistema Econômico	177
4.2.2	A Terceira Via.....	181
4.2.3	A Reforma nos Países Centrais e Periféricos Diante da Crise da Previdência Social	185
4.2.3.1	A crise da Previdência Social.....	185
4.2.3.2	A reforma previdenciária nos países centrais.....	188
4.2.3.3	A reforma previdenciária nos países periféricos ..	191
4.2.4	Novas Relações de Trabalho, Envelhecimento da População e Aposentadoria	196

4.2.4.1	Idade mínima para aposentadoria	197
4.2.4.2	Modelos previdenciários alternativos e seu custo	203
Capítulo 5 – ANÁLISE CRÍTICA DE CASOS PRÁTICOS DEMONSTRATIVOS DO EMBATE ENTRE OS ARGUMENTOS ECONÔMICOS E O DIREITO FUNDAMENTAL À PREVIDÊNCIA SOCIAL		
		211
5.1	PREVIDÊNCIA DOS TRABALHADORES RURAIS.....	212
5.2	DESAPOSENTAÇÃO/REAPOSENTAÇÃO	228
5.3	PENSÃO POR MORTE: DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DO CÔNJUGE/COMPANHEIRO E CÁLCULO DO VALOR DO BENEFÍCIO	241
CONCLUSÃO		261
REFERÊNCIAS		279
ÍNDICE REMISSIVO		285